

A força do povo contra o governo "AD"



GREVE GERAL

A criminoso brutalidade de que se revestiram os graves incidentes do 1.º de Maio no Porto e a grandiosidade popular que caracterizou, não obstante esses trágicos acontecimentos, as comemorações do Dia do Trabalhador, sublinham dois traços essenciais da situação actual: a necessidade urgente da demissão do Governo "AD" e a força e determinação dos trabalhadores e do povo em defender as liberdades e a democracia e mudar de política. Força e determinação que a Greve Geral de terça-feira irá, sem dúvida, comprovar.

festas do **Avante!** Os artistas da Festa



(Pág. 7)

Internacional

Malvinas:

Entrevista com
Athos Fava
Secretário-Geral
do PC da Argentina

Solidaridade:

Depoimentos de
Kemal Daysal
(Turquia)
e Herbert Menjívar
(El Salvador)

(Pág. 8)

Suplemento /



60 ANOS DE VIDA DO PCP
OITO meses
de viagem
por **CINCO** países socialistas

ARMAS QUÍMICAS
«Uma morte
mais humana»
Guerra-Fria
**O REGRESSO
AS ORIGENS**



MARINHA!
Novo Centro
de Trabalho
em dia
1.º de Maio



SEMANA

28 Quarta-feira

Trabalhadores da RN cumprem uma greve de 24 horas pela revisão do seu acordo de empresa. Emigrantes portugueses na Bélgica entregam a Ramalho Eanes um caderno reivindicativo em que criticam o Governo e manifestam sérias reservas à integração de Portugal na CEE. O Governo AD anuncia aumentos do abono de família e outras prestações de segurança social a partir de 1 de Junho. Soldados israelitas atingem a tiro vinte palestinianos em Nablus, na Cisjordânia, enquanto uma delegação de embaixadores árabes em França protesta contra a escolha de Jerusalém para a reunião de uma comissão do Conselho da Europa. O Pentágono anuncia a abertura de um crédito de 85 milhões de dólares à Tunísia para a compra de armas norte-americanas. A visita de Reagan à Europa, em Junho, será assinalada por grandes manifestações contra a política de armamento da NATO, é anunciado em Bonn.

29 Quinta-feira

A Caixa Geral de Depósitos cancela, até «nova ordem», todas as autorizações para empréstimos destinados à compra de habitação própria. A AD aprova na AR, na generalidade, a proposta de lei do Governo que altera a Lei Eleitoral para as autarquias locais. Mário Soares reúne-se com dirigentes da AD para resolver questões ligadas à revisão constitucional e afirma que foram dados «passos substanciais e bastante positivos» para o desbloqueamento da situação. A Assembleia resultante da lista eleitoral em El Salvador escolhe Álvaro Magaña para presidente interno do país. O presidente zambiano Kenneth Kaunda anuncia em Lusaka um encontro com Botina, na África do Sul, por considerar «explosiva» a situação na região devido ao problema da Namíbia. A Academia Nacional das Ciências americana apela à limitação das armas nucleares. As autoridades polícias libertam 800 pessoas que se encontravam internadas.

30 Sexta-feira

O Movimento dos Agricultores por uma melhor Previdência Rural (MAPRU) reivindica em Coimbra o aumento das pensões de velhice e invalidez dos rurais para quatro mil escudos. O Sindicato dos Jornalistas protesta os responsáveis pela Polícia de Intervenção por agressões a nove profissionais da informação verificadas no dia da greve geral de 12 de Fevereiro. O cardeal patriarcal de Lisboa, D. António Ribeiro, salienta em conferência de imprensa o «carácter eminentemente religioso» da visita do Papa a Portugal. É assassinado na Sicília o dirigente do PCI, Pio de La Torre, membro da Comissão Parlamentar Antimafia. Soldados filipinos massacraram 200 pessoas que assistiam a uma missa solene por pensarem tratar-se de uma concentração comunista.

1 Sábado

O dia mundial dos trabalhadores começa enlutado com o assassinato de dois jovens, vítimas da brutal carga policial na baixa portuense contra populares. O Presidente da República admite em Bruxelas a possibilidade de Portugal vetar a entrada da Espanha na NATO. Manifestações em todo o País condenam a política da AD e exigem a demissão do Governo. Morre Moreira Batista, último ministro do Interior do regime fascista. O presidente da Argentina, Leopoldo Galtieri, dirige uma mensagem ao país onde reconhece que as perdas argentinas no conflito das Malvinas tinham sido importantes, mas garante que o país continuará a responder pelas armas. O Partido Trabalhista Holandês reafirma que abandonará o governo se for aprovada a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos no país.

2 Domingo

O Secretariado Nacional da CGTP-IN anuncia a decisão de propor ao Plenário Nacional de Sindicatos, a realizar dia 4, uma nova greve geral nacional, como resposta à violência fascista do Governo AD no Porto, traduzida em dois mortos e mais de uma centena de feridos. Pinto Balsemão, em entrevista à «Associação Press», apeia à ajuda do ocidente, para que Portugal não venha a ser como «a Turquia ou a Polónia». Michel Foot, dirigente do Partido Trabalhista britânico, recusa-se a participar numa reunião convocada por M. Thatcher para debater a «porta fechada» a questão das Malvinas. A rádio de Teerão anuncia que o exército iraniano capturou cerca de mil soldados do Iraque.

2 Segunda-feira

A Administração-Geral do Porto de Lisboa inicia a destruição do restaurante do «Mercado do Povo». Os trabalhadores do arrasto costeiro iniciam uma greve de onze dias pela revisão do CCT. A União dos Sindicatos do Porto apeia à participação popular nos funerais dos trabalhadores assassinados no 1.º de Maio. A Casa Branca anuncia que Ronald Reagan aceitará um convite do presidente soviético para uma cimeira «bem preparada» em Outubro, que permita sair do impasse sobre o controlo de armas nucleares. A URSS adverte os EUA e a Grã-Bretanha da gravidade do ataque à Argélia, lembrando que qualquer foco de tensão se traduz num agravamento do clima internacional, reafirmando a necessidade do conflito das Malvinas ser resolvido pela via pacífica e à mesa das negociações. A Checoslováquia expulsa o embaixador português em Praga, na sequência da expulsão de Portugal do embaixador e um Secretário da Embaixada da Checoslováquia em Lisboa.

4 Terça-feira

O Plenário Nacional dos sindicatos, reunido no Porto, aprova por unanimidade e aclamação a proposta de greve geral de 24 horas para o próximo dia 11. A Comissão Permanente da Comissão Política do PS divulga um comunicado à proposta dos lamentáveis incidentes registados no Porto em que exige a demissão do titular do MAI e a substituição do comandante do Corpo de Intervenção. Pinto Balsemão fracassa no objectivo da sua visita à RFA, onde Helmut Schmidt lhe afirma que «não devem ser fixadas expectativas demasiado altas para a adesão portuguesa à CEE em termos imediatos». Governos e personalidades de vários países condenam frontalmente o afundamento do cruzador argentino «Belgrano» pelas forças da Grã-Bretanha, que provocou vários mortos e cerca de quinhentos desaparecidos. Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da Linha da Frente reunem-se em Dar-Es-Salaam com o presidente da SWAPO, para discutirem a questão da Namíbia.

Editorial

A VIOLÊNCIA FASCISTA E A FORÇA DO POVO

A situação política nacional assumiu nos últimos dias aspectos extremamente graves que não podem deixar de preocupar em alto grau todos os democratas e patriotas portugueses.

No capítulo do exercício de direitos e liberdades, onde tomaram subitamente corpo métodos repressivos que se julgaram para sempre banidos da realidade portuguesa; no capítulo das instituições onde as ameaças mais graves contra o regime democrático se consumaram a um nível altíssimo; no capítulo da nossa soberania e integridade territorial adquiriram expressão definida.

E tudo isto no pano de fundo de uma aguda crise económica e social, produto de uma política de desastre nacional ditada pelos interesses do capital financeiro representados no Poder pelo Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral.

No capítulo da repressão devem destacar-se os graves acontecimentos do 1.º de Maio no Porto.

Neste 1.º de Maio de 1982, no 8.º ano da «Revolução dos Cravos» correu o sangue dos trabalhadores — um sinal revelador dos tempos que vivemos no Portugal de Abril sob o Governo fascista «AD»/Balsemão/Freitas.

A provocação, que não resultaria, da «insurreição dos pregos», produto do cérebro doentio do «ministro do Interior» Angelo Correia — depois avalizada por todo o Executivo e deputados da «AD» — na qual a central amarela UGT e o seu chefe Torres Couto desempenharam um papel mais que suspeito, acabou por dar agora na cidade do Porto trágicos resultados.

Dois jovens assassinados, um deles membro do PCP; dezenas de feridos em consequência de inauditas violências de forças repressivas numa prática que só encontra paralelo nos tempos ominosos da ditadura fascista — eis o balanço do delírio repressivo dos governantes actuais.

O Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral cada vez mais atacado na ilegalidade e na violência, levou a dor e a morte à onde os trabalhadores quiseram levar a alegria do seu dia de classe e a afirmação de reivindicações legítimas entre as quais uma recebeu com os acontecimentos do Porto uma significativa confirmação de justiça: «A AD» para a rua!

Entretanto, um outro sinal igualmente revelador dos dias que vivemos sobrelevou em significado e força para os trabalhadores o sangue e o luto que as práticas fascistas do Governo fizeram derramar na capital norteña: a determinação da classe operária de comear o seu «Dia» fazendo dele uma grandiosa jornada de luta pela defesa das suas liberdades e conquistas sociais, contra a política antioperária e antipopular da reacção governante, pela demissão do Governo.

E mais uma vez, por acção de um aparelho repressivo às ordens do grande capital, ficou demonstrado que no combate pela liberdade, por cada combatente caído milhares de outros se levantam.

Os jovens Pedro Manuel, comunista e militante sindical, e Mário Emílio caíram sob as balas assassinas de uma nova guarda pretoriana criada pelo Governo da Aliança reaccionária para a repressão do movimento operário e popular — mas os trabalhadores venceram uma importante batalha política: no exercício das liberdades que a «AD» lhes quer roubar ganharam em massa as ruas de mais de meia centena de capitais de distrito e outros grandes centros populacionais, afirmaram com vigor e coragem as suas reivindicações económicas e políticas imediatas, levaram avante um enérgico protesto contra as práticas fascistas de um Governo completamente divorciado do povo.

Os acontecimentos do Porto não revelaram somente o grau de desenvolvimento das tendências e práticas fascistas no seio do Governo — iluminaram também com uma luz crua o papel do divisionismo no movimento operário português, o verdadeiro carácter de gente que sob a capa da democracia faz o jogo da reacção e do imperialismo.

Os locais da UGT foram, nos graves acontecimentos do

Porto, os fantoches escolhidos para a encenação da provocação montada com todas as peças contra os trabalhadores e contra o seu movimento sindical unitário, a CGTP-Intersindical.

Torres Couto o chefe de fila de uma mafia pseudo-sindical ao serviço da exploração capitalista, o «social-sindicalista» que puxou da pistola contra os mineiros da Borralha, o agente do patronato que foi na histórica Greve Geral de 12 de Fevereiro até à Carris exercer o seu mísero papel de incitador a «fura-grevas», apareceu em grande relevo nesta montagem provocatória de grande estilo contra o movimento operário português congerinado pelo MAI e pelo Governo «AD» no dia 1.º de Maio.

O sujo papel divisionista e traidor dos dirigentes da UGT assumiu-se com toda a clareza aos olhos dos trabalhadores.

Toda a grosseira maquiagem do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral e da UGT contra o movimento sindical unitário organizado em particular contra a grande CGTP-Intersindical, cuja força e influência no movimento operário português obtivera neste 1.º de Maio de 1982 uma reveladora confirmação, toda essa provocação grosseira — dizíamos — começa a ser conhecida em porten.

O cinismo do Governo «AD»/Balsemão/Freitas ao mover um processo judicial contra cada um dos membros do Secretariado Nacional da CGTP-IN excede todas as marcas.

O inquerito aos acontecimentos do Porto não pode considerar-se à iniciativa única de governantes sobre quem pesam gravíssimas e fundamentadas responsabilidades da fúria repressiva da «Polícia de Intervenção» nas ruas do Porto — é imprescindível que outros órgãos de soberania participem na sua organização; o Presidente da República, o Conselho da Revolução e a própria Assembleia da República apesar de dominada pela maioria «AD».

Questões de transcendente importância exigem total esclarecimento público. Por exemplo:

Quem ordenou e com que fundamentos a deslocação para o Porto da «Polícia de Intervenção» de Lisboa?

Quem subtraiu a intervenção desta selvática formação policial ao Comando-Geral da PSP do Porto de que deveria depender e a quem deveria obedecer?

Que vem a ser «o Plano Alfa» no cumprimento do qual se fez desencadear a barbara repressão a tiro e à bastonada da «Polícia de Intervenção» de Lisboa contra os trabalhadores do Porto?

A que corporação pertenciam os agentes à paisana que infiltrados na massa dos manifestantes, apedrejaram a polícia fardada no intuito óbvio de provocar a sua intervenção violenta contra os trabalhadores portuenses?

As provocações do 1.º de Maio contra o movimento sindical unitário personificado na CGTP-IN integram-se num plano do Governo «AD»/Balsemão/Freitas inspirado nos interesses do grande patronato português (CIP, CAP, CCP) e em conexão com a operação política de integração na CEE e de maior inserção de Portugal nos planos agressivos da administração Reagan.

No plano da propaganda a coligação reaccionária governante e os fantoches da UGT tentam sacudir a água do capote e virar o bico ao prego nas suas responsabilidades atribuindo-as a CGTP-IN, e ao PCP!

«Secretariado!» «Intolerância!» e outros jogos verbais são usados para atacar a corajosa, justa e legal decisão da CGTP e para ocultar a sua justeza jurídica e política do uso da «Baixa» do Porto para as comemorações do 1.º de Maio.

Os locais da UGT prestaram-se abjectamente ao jogo, seguramente participaram na maquiagem, forneceram o pretexto que a megalomania repressiva do MAI e do Governo «AD» necessitava para justificar a sua repressão brutal.

O asqueroso editorialista do vespertino fascista «A Tarde» (C.P.), que tudo indica serem as iniciais do director Carlos Plantier) escreve mesmo este mimo: «Sequioso de agitação, interessado em criar mártires, desdenhando da vida humana, molador por cálculo desapiedado, o PC, pela mão obediente e cega da sua Intersindical conseguiu os intentos

Assembleia da República

Exigido na AR a suspensão da P. I. e a demissão do MAI e do Governo

A primeira sessão plenária após o 1.º de Maio seria inevitavelmente marcada pelas intervenções dos diversos partidos sobre a repressão que a Polícia de Intervenção, a mando do Governo «AD», desencadeou no Porto, assassinando dois trabalhadores e ferindo gravemente muitos mais. O Governo de Balsemão, que viria aprovada pela sua maioria, na semana passada, uma lei eleitoral com que conta para se eternizar no Poder (ler na pág. 7), viu condenada a sua acção — acção com que pretende defender-se da crítica dos trabalhadores à sua política.

E tempo — disse Carlos Brito, presidente do grupo parlamentar comunista, ao principal, com a sua intervenção, os discursos que foram todos sobre o tema — de a Assembleia da República se interrogar com o País: como foi possível uma tal madrugada sangrenta no Portugal democrático?

Mas mais do que interrogar. E tempo de a Assembleia da República responder. Responder que condena sem qualquer hesitação a violência barbara, de carácter tipicamente fascista, que o Governo «AD»/Balsemão fez reinar na «Baixa» do Porto na madrugada do 1.º de Maio.

Carlos Brito, depois de recordar testemunhos jornalísticos dos acontecimentos, entre os quais avultava a frase dita por um oficial da P.I. «ou a Praça fica limpa ou ainda esta noite há mortes».

Na verdade, para muitos observadores, ficou a impressão de que a «Polícia de Intervenção» actuava segundo um plano previamente preparado, que nada tinha a ver com as exigências da situação, e que o realizava com relativa autonomia em relação aos comandos locais da PSP.

E por isso legítima a pergunta: quem mandou a «Polícia de Intervenção» para o Porto? Quem deu ordens para atirar a matar?

A sangrenta repressão foi precedida de uma monstruosa provocação, fria e longamente preparada. A operação da «Polícia de Intervenção» é a parte mais sinistra da provocação, mas esta vinha muito de trás.

O dirigente comunista afirmou, depois, ter o Governador Civil do Porto de ser considerado um dos responsáveis directos e concretos da sangrenta madrugada do 1.º de Maio.

Mas quem acredita — perguntou — que o Governador Civil do Porto tenha estado sozinho nesta jogada? Quem acredita que o MAI Angelo Correia, não estivesse ao facto de tudo, comandando e intrigando por sua conta? E o Governo? Ante o debate na opinião pública, na imprensa, na Assembleia, pode alguém considerar aliciado dos gravíssimos acontecimentos do Porto e das medidas que foram adoptadas a nível oficial, incluindo o envio do corpo especial de intervenção?

Angelo Correia já tem substituto? Cavaleiro Brandão do CDS iniciou a sua intervenção no tom «Mocidade Portuguesa» que lhe conhecemos. Falou dos feitos dos portugueses há séculos

que friamente congerinou: transformar o Dia do Trabalhador em jornada de violência, de confrontação física».

Numa típica linguagem nazí até se atrai à TV de Proença por «dar imagens de uma polícia selvagem, desumanizada e criminosa ante a candura e o sangue inocente de manifestantes carregados de boas intenções».

O pasquim «O Dia» culpa também em grandes parangonas a CGTP-IN na linguagem que lhe é típica.

«Portugal Hoje», órgão oficial do PS/Mário Soares, em grande título de caixa alta na primeira página, bolas também significativamente grosseiros ataques contra a CGTP-IN e só por acréscimo faz vezes críticas à acção repressiva da «Polícia de Intervenção».

O editorial aborda considerações sobre o «sectarismo» da Inter e naturalmente deixa em silêncio a ilegalidade da autorização a UGT, pelo governador civil do Porto, para a utilização da «Baixa» do Porto.

O papel e a posição do PS de Mário Soares em relação aos incidentes do Porto são equívocos.

Certamente militares e trabalhadores socialistas não podem deixar de se sentir chocados com a participação pessoal e directa do dr. Mário Soares nas realizações divisionistas da UGT ao lado de Torres Couto.

Depois da grande demonstração unitária do 25 de Abril, que reuniu numa mesma acção socialistas, comunistas e outros democratas, a posição do PS de Mário Soares nas acções divisionistas da UGT soam de maneira destoante mas em todo o caso significativo.

E ainda mais quando nos mesmos dias se selou nas costas do Povo um vergonhoso acordo com a «AD» para a revisão da Constituição que dá corpo aos graves perigos contra o regime democrático implícitos na alteração das competências militares, dos poderes actuais do PR, da dupla responsabilidade do Governo, dos órgãos que devem substituir o CR nas suas funções e mesmo nos seus dispositivos sobre matéria económica.

A imagem de «esquerda» que o PS quis ostensivamente exibir nas manifestações do 25 de Abril aparece cada vez mais como uma cortina para ocultar novas alianças com a direita.

Não se pode deixar de relacionar o actual manobriamento triplo Mário Soares, Almeida Santos, Jaime Gama com o que se passou em 1977 quando o PS sob uma falsa capa de entendimento e de busca de soluções conjuntas com o PCP negociava de facto com o CDS a formação de um novo Governo.

Uma tal tática não resulta já como forma de enganar as massas e os próprios socialistas e ainda menos com o PCP.

O PCP e um grande Partido fortemente enraizado nos trabalhadores e no povo que não serve para encobrir trações e alianças com a direita nem para pôr a reboque de manobras políticas objectivamente dirigidas contra o regime democrático e de compromissos contra a democracia.

O PCP está interessado no reforçamento da unidade com todos os democratas, em particular com os socialistas, mas não se presta a fazer o jogo dos que querem perpetuar e exploração capitalista, dos que favorecem de uma forma ou de outra os objectivos do grande capital e do imperialismo.

A gravidade da situação actual não se compadecerá com manobras nas costas do povo e contra os interesses profundos do povo.

A verdade perante as massas populares, o total desvotamento à causa da democracia, da liberdade e da independência nacional são atributos dos comunistas de que jamais abdicaremos.

A grande lição do 1.º de Maio consiste precisamente na confirmação desta política e desta posição moral e patriótica.

É neste quadro que o PCP apoia inteiramente as últimas decisões da CGTP-Intersindical quanto ao desencadear de uma nova Greve Geral de protesto contra as violências das forças repressivas, pelo apuramento integral das responsabilidades dos acontecimentos do Porto, pela imediata demissão do Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

A sua intervenção revelaria porém, mais adiante, o fundo do pensamento deste «social-democrata». «Mas assistimos a um crime de desobediência», afirmou. «A Inter desobedeceu a uma ordem fundamentada ou não» sublinhou, acusando a Central Sindical de intuídos de «sublevação e revolta civil». Referindo-se aos comunistas, considerou que não podia continuar a tratá-los como democratas. «O diálogo não é possível com os comunistas».

As intervenções restantes, dos partidos da oposição, condenaram todas não só a acção da Polícia de Intervenção no Porto como sublinharam as responsabilidades do Governo, sucedendo-se as exigências de suspensão da PI e de demissão de Angelo Correia. Carlos Lage considerou mesmo que «este homem é um perigo para a democracia e tem que ser demitido».

Pôr fim ao escândalo — extinguir a colónia

Vizelenses descobrem o que valem promessas

A algumas centenas de quilómetros de distância da Assembleia da República, uma freguesia inteira parou. E mais de duas mil pessoas desceram à capital para ver os deputados votarem a subida da freguesia a concelho. Era, segundo diziam, uma aspiração com alguns séculos. Mas a freguesia continuou a ser freguesia e as promessas continuaram a ser promessas. A freguesia chama-se Vizela. A promessa tinha sido feita por um partido da AD, que ali ganhara as eleições. Provavelmente pela última vez.

Na sexta-feira passada, a agenda não prometia nada de especial. Apenas se previa a discussão e votação de dois projectos visando a criação de dois novos concelhos. O primeiro dos projectos era da autoria do PPM e pretendia conseguir da Assembleia a aprovação da subida da freguesia de Vizela, Guimarães, a concelho. Assim, mais de dois mil vizelenses meteram-se em vinta e cinco camionetas, em carros particulares, fecharam o comércio e rumaram a Lisboa. As galerias da AR estavam completamente cheias. Caíra uma multidão anorando bandeiras amarelas e azuis — as cores da terra — dava largas à sua alegria e à sua esperança de levar, na volta a boa notícia: Vizela sena município.

Mas, após o período de antes da Madrugada do Dia, a assistência começou a dar sinais de nervosismo. Quando o projecto ia entrar em discussão, o CDS solicitou a apoiantes do Regimento da AR, um intervalo de mesa

prolongamento dos trabalhos até à votação do diploma agendado. Mas, não havia quorum. Os deputados da direita tinham abandonado o hemiciclo, deixando algumas presenças. Tirando os deputados do PPM, que se agitavam nas cadeiras e que se agitavam indiscriminadamente à esquerda e à direita, a AD (CDS e PSD) somavam 36 deputados!

Quando o também incomodado presidente em exercício — o CDS Américo de Sá — decidiu encerrar a sessão, não antes que a oposição tivesse denunciado as manobras processuais que fraudaram as esperanças dos muitos vizelenses que acreditaram em promessas, os protestos rebentaram nas galerias. «Falta de respeito!», gritou

um jovem. «Salazaristas!» gritou outro dos assistentes. Os gritos elevaram-se e os vários agentes da PSP viram-se em palcos de aranha para fazer evacuar as galerias. Já havia lágrimas em alguns rostos agora desesperançados.

A saída, enquanto os deputados da AD se enfiavam nos «espaldas» e desandavam à sorrelha, os vizelenses saíram do edifício e juntavam-se aos seus confratérios, a contar-lhes. A indignação explodiu: «Fascistas, fascistas!», gritou a multidão. Os comentários que ouvimos junto aos grupos que se formavam e nos quais transbordava o despeto, diziam bem do futuro da AD em Vizela.

«São promessas!», ouvimos. «Quando o Sá Carneiro era vivo foram lá a prometer um hospital e até agora nada...» «Eles que voltam lá. Nunca mais os deixamos fazer um concelho em Vizela...» «Isto está por que no tempo da antiga senhora».

De festa que se preparava, o ajustamento transformou-se em tristeza. Bandeiras enroladas, lágrimas nalgumas faces, os vizelenses voltaram à sua terra. Tinham apenas aprendido o que valem as promessas da AD.

O PPM, que anunciara firmemente a sua disposição de não aceitar que fosse marcada para terça-feira outra matéria que não o seu projecto, acabou por ceder face à intransigência dos seus parceiros e aceitar a marcação para o próximo dia 11 de Maio. É bem frágil a firmeza dos monarquistas...

Não é possível criar condições de justiça social e de progresso para os agricultores madeirenses sem, entre outras condições, pôr termo aos contratos de colónia, acabando-se simultaneamente com a separação entre a propriedade do solo e a das benfeitorias nele feitas — disse o camarada Rogério de Brito ao apresentar o projecto de lei do PCP sobre extinção da colónia, regime de origem feudal ainda em vigor na Madeira.

O deputado comunista, cuja intervenção não mereceu reparos de nenhuma das bancadas, demonstrou que as medidas até agora tomadas pelo Governo Regional não foram suficientes e que o regime de colónia subsiste na maioria dos casos, contribuindo para tal a resistência dos senhorios e a morosidade das acções de implementação, para além da viciação nos processos de avaliação dos prédios.

Avante!
Proletários de todos os países. UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Sousa Tavares, 159 - 1050 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CGL, Centro Distribuidora Lúmvira, SAREL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumois, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Saco, 95 - 1200 Lisboa. Tel. 372238 - 1909 - Lisboa CODEX. Tel. 768345.

Propriedade: Partido Comunista Português, Rua Sousa Tavares, 159 - Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SAREL, Av. Santos Dumois, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 768744/769751.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumois, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779826.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira - 3000 Coimbra. Tel. 31206.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora, Alameda do Bairo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumois, 63 A - 1000 Lisboa. Tel. 76926/779826. Lisboa - Rua do Almada, 18 - 2.º - Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Vereda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Hecla Portuguesa: R. Elias Garcia, 27 - Vereda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82.

Tragem média do mês de Abril: 54812

MAIO MAIO MAIO UNIDOS NA MESMA LUTA

Em Lisboa

Em Lisboa o 1.º de Maio decorreu sem incidentes nos locais do costume. O programa anunciado foi cumprido. Apesar de uma tentativa falhada da UGT, solicitando a intervenção policial, ao marcar para o mesmo local e hora uma prova desportiva anteriormente convocada pela CGTP-IN, apesar de algum aparato policial (visível uma carinha da PSP na Praça João do Rio, próximo da Alameda D. Afonso Henriques onde decorriam dentro de duas horas as comemorações principais) o grandioso desfile com centenas de milhares de pesso-

as percorreu as ruas habituais até à Alameda onde às 17 e 45 (já terminara o comício) ainda estava a chegar a cauda da manifestação que partirá mais de 3 horas antes da Praça Martim Moniz.

A afluência às comemorações de Lisboa pode incluir-se entre as maiores de sempre na capital, apesar de pela primeira vez este ano as grandes empresas da zona de Setúbal terem desfilado na própria cidade e não em Lisboa como era hábito nos anos anteriores desde o 25 de Abril.

A falta não se notou ainda



porque grande número de trabalhadores do distrito de Setúbal, mas que moram ou trabalham perto da capital vieram à Festa de Lisboa, que foi festa, luta e solidariedade com a defesa activa dos direitos conquistados no Porto, cujos acontecimentos dominaram as comemorações nacionais do Dia Mundial dos Trabalhadores.

As concentrações e o desfile de Lisboa, em que se integram como é hábito vários dirigentes do PCP, mostravam este ano, compensando largamente a falta de algumas delegações setubalenses, muito maior afluência dos sectores intelectuais e de serviços. Muitos milhares de pessoas acompanharam, além disso, as comemorações participando no desfile ou permanecendo desde manhã na Alameda, sem que no entanto tenham entretido a organização sob o pano da sua freguesia, concelho, sindicato, local de trabalho, escola ou organização juvenil.

Abriundo com um carro alegórico representando o trabalho na indústria, o desfile caracterizava-se ainda pela presença destacada e numerosa de empresas e sectores em luta, pelo grande contingente da juventude (bem representados os trabalhadores-estudantes), pela representação da luta dos desempregados, dos reformados e idosos, da defesa da paz.

«25 de Abril sempre fascismo nunca mais», inscrição que abria o desfile no carro alegórico com os trabalhadores do ferro, tinha a sua representação pessoal, como acontece todos os anos pelo 1.º de Maio, na pessoa de alguns dos seus obreiros principais. Este ano, aclamados por vibrantes ovacões, numa varanda em frente à Portugalia, assistiam ao desfile, lado a lado, o marechal Costa Gomes, o general Vasco Gonçalves e o almirante Rosa Coutinho.

Entre as fortes representações de empresas como a Covina, Fábrica de Louças de Sacavém, Treflaria, Marriot, sectores como a Função Pública (muita gente sob o pano da Frente Comum) os justos democráticos («defendem a Constituição») e grande número de Sindicatos, entre eles o dos Magistrados do Ministério Público, uma bandeira portuguesa com um crepe negro assinalava o luto dos trabalhadores de Lisboa pelos trágicos acontecimentos do Porto, manifestando assim, no próprio desfile, a solidariedade com as famílias enlutadas e a preocupação pela vida dos feridos graves.

As 16 e 45 deu-se início ao comício na Alameda. A comissão organizadora das comemorações foi chamada ao palco, foram apresentadas as delegações fraternais da Turquia e El Salvador (recebidas calorosamente) e Etelvina Reis, da União dos Sindicatos de Lisboa, leu uma saudação. Seguiu-se o discurso do secretariado nacional da CGTP-IN, José Ernesto Cartaxo, membro da comissão executiva daquele secretariado, antes de anunciar solenemente a decisão de propor ao plenário nacional da CGTP-IN nova greve geral como «resposta adequada ao fascismo, que hoje tentou levantar a cabeça no Porto», leu um discurso naturalmente marcado pela «colossal provocação» que «o Governo com a ajuda da UGT» montou «neste 1.º de Maio aos nossos camaradas do Porto».

É novamente como no fascismo o «direito de reunião que está em causa», disse o dirigente da CGTP-IN.

Depois de exigir a «imediata incriminação e prisão dos autores dos crimes cometidos» pela polícia de choque no Porto, o dirigente da Central perguntaria por que razão este Governo não é demitido «depois das lutas que temos travado, em especial da greve geral», depois do constante agravamento das «nossas condições de vida e da situação económica e financeira do País». A resposta ouviu-se clamorosamente em toda a Alameda, como se ouviu pelo País fora, pois essa resposta é cada dia mais a reivindicação central dos trabalhadores: «A luta continua» até à «AD ir para a rua». Mas para tal «é necessário» — diria ainda José Ernesto Cartaxo — que todos os democratas se unam à luta dos trabalhadores na defesa da Constituição de Abril, na demissão deste corrupto e fascizante Governo e na procura de uma alternativa à sua política «de desastre nacional».



Entre a multidão, a delegação da direcção do PCP, chefiada por Alvaro Cunhal, que se integrou no desfile



Sobre o que foi a brutal repressão no Porto, os trabalhadores conseguiram



No Porto

Depois da exibição de há uns tempos na TV, a polícia especial do Ministério «AD» foi ao Porto mostrar como se matam pessoas indefesas. Só porque tinham de «limpar» a Praça (é o mesmo pavor fascista do povo nas ruas) policiais submetidas a treino especial fazem fogo baixo com espingardas metralhadoras G-3 e pistolas. Mataram com um tiro nas costas o camarada Pedro Manuel Sarmiento Vieira, de 24 anos, e com um tiro na cabeça Mário Emilio Pereira Gonçalves, de 17 anos de idade. Outras pessoas baleadas (uma jovem continuava em estado grave no princípio desta semana) receberam tratamento hospitalar ou continuam internadas. A violência policial, que não se limitou à baixa portuense, atingiu áreas tão afastadas da Praça Humberto Delgado (local do espectáculo-UGT) como a Praça dos Leões, a Cordoaria, e a Avenida da Ponte, a Batalha e até o Hospital de Santo António onde pequenas concentrações foram dispersas brutalmente por polícias de choque empunhando armas de fogo.

Num relato pormenorizado dos acontecimentos, a Direcção

da Organização Regional do Porto do PCP (DORP) contava que por volta das 23 horas e 45 minutos do dia 30, com o espectáculo UGT quase a terminar, o corpo policial de intervenção ido de Lisboa com todo o aparato destinado a amedrontar a população, começou a fazer fogo e a lançar granadas lacrimogéneas. Tiros pelas costas, agressões na cabeça, disparos à altura do peito, carregadores de pistolas esvaziados de uma só vez, espancamento de velhos, mulheres e crianças — a exibição de brutalidade foi completa.

O registo hospitalar demonstra: até à meia noite é assistida uma dúzia de feridos. Nenhum mostra sinais de balas. Os feridos a tiro só começam a ser assistidos depois daquela hora. A intervenção da polícia de choque ida de Lisboa caracterizou-se por uma brutalidade planeada.

Anteriormente aos factos apontados, isto é enquanto decorria o espectáculo, que começou pouco depois das 22 horas, não houve incidentes graves. As vítimas caíram longe do palco-UGT.

A actuação policial não foi defensiva. Testemunhas presenciais desmentem que alguma vez tenha havido confrontações entre trabalhadores. O espectáculo organizado pelos divisionistas só foi perturbado por assobiedades e apupos. O «intuito» de assaltar o palco é uma invenção.

De qualquer modo, nenhum facto concreto, objectivo, pode justificar a carga a tiro do corpo de intervenção especial, ou seja da polícia de choque, nome pela qual continua a ser conhecido aquele agrupamento que actuou com grande brutalidade no Porto, onde, mesmo incluindo as últimas décadas do regime fascista, não há memória de uma agressão assim.

Quatro horas depois do início da repressão armada ainda a polícia disparava nas ruas.

E entretanto o governador civil, peça mestra no desencadeamento da violência e nos trágicos acontecimentos que se seguiram, mandara emitir, dois dias antes, um comunicado permitindo-se duvidar expressamente dos objectivos das comemorações do Dia Mundial dos Trabalhadores e inventado, por sua conta, isto é, por conta da «AD», mais uma «sublevação e atropelo das leis e instituições democráticas» para justificar de antemão a intervenção policial. O mesmo tentou, aliás, fazer um dirigente da

UGT, chamando alto e bom som pela polícia com muita antecedência e sem ninguém lhe fazer mal.

Vitória!

O 1.º de Maio fez-se no Porto. Apesar dos mortos e dos feridos, apesar do luto que se viu claramente nos desfiles, com crepe negro na bandeira nacional, apesar da tragédia que atingiu as famílias dos trabalhadores mortos pela polícia, o 1.º de Maio, Dia Mundial dos Trabalhadores, comemorou-se no Porto, com 5 horas de desfile nos próprios locais atingidos pela carga policial da noite anterior. Por isso se gritou Vitória! na Alameda quando José Ernesto Cartaxo anunciou que aquela hora decorria na baixa portuense o 1.º de Maio dos trabalhadores. Por isso se afirmou por todo o País que a CGTP-IN, as organizações nela filiadas, os sindicatos representativos, os trabalhadores não viram a cara à luta e protegem, expondo a própria vida, direitos colectivos duramente alcançados pelo povo português.

«Na tarde do 1.º de Maio de 1982, mais de 100 mil trabalhadores, vencendo a ilegalidade, a provocação e a violência, reconquistaram como sua a baixa do Porto», realfirma a DORP do PCP.

Funerais



Mário Emilio Pereira Gonçalves, 17 anos de idade, vendedor



Pedro Manuel Sarmiento Vieira, 24 anos de idade, operário têxtil, delegado sindical e militante comunista

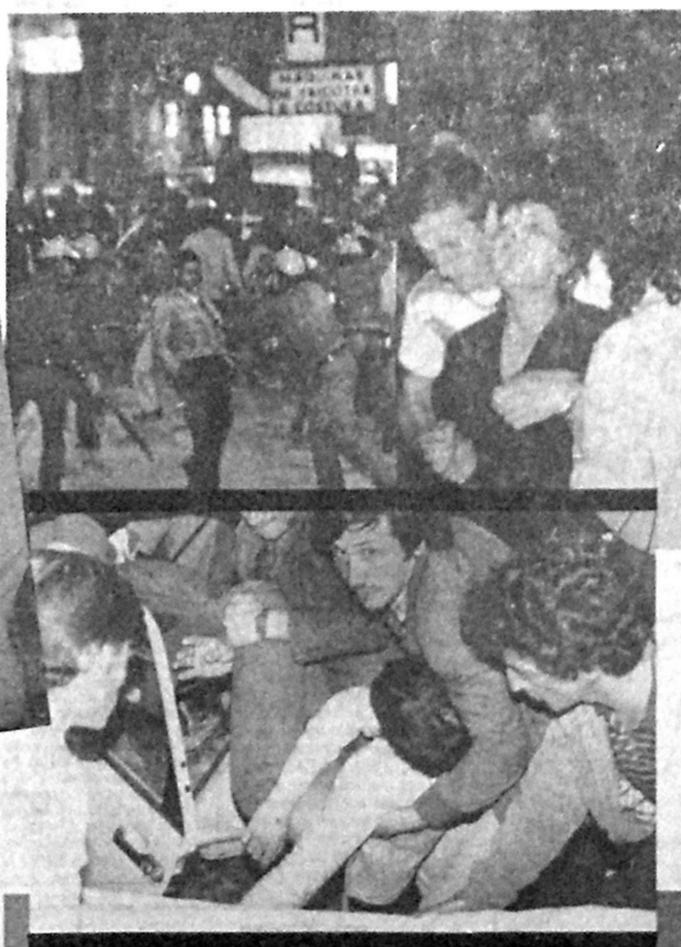
Com a participação e as manifestações de dor e de luta que se previam, decorreram ontem no Porto à hora em que fechávamos esta edição os funerais das vítimas da violência fascista que o Governo «AD» mandou instaurar na baixa portuense na noite de 30 de Abril e na madrugada do 1.º de Maio. Segundo a convocação da USP-CGTP-IN o funeral do camarada Pedro Manuel Sarmiento Vieira

saiu do Sindicato Têxtil na Avenida da Boavista pelas 16 e 30 e o do companheiro Mário Emilio Pereira Gonçalves do Centro Cultural da Sé.

Os dois funerais juntaram-se na Praça da Liberdade. Enorme multidão acompanhou até ao Prado do Repouso os trabalhadores assassinados. O Partido esteve representado por uma delegação de que fazia parte o camarada Alvaro Cunhal.



Um momento da actuação de Lena d'Água no Porto. A assistência fala por si, como toda a imagem, aliás. Participar num espectáculo em condições destas, como aconteceu também com Herman José, no Parque Eduardo VII, em Lisboa, sabendo-se entretanto o que aconteceu no Porto, é uma atitude que dificilmente poderá ter justificação



Onde começa a «AD» e acaba a UGT?

As provocações da UGT, designadamente as da sua direcção com Torres Couto à cabeça, não produziram os efeitos que os divisionistas esperavam. A central, portanto, se lhe restasse um pouco de vergonha na cara não iria tão longe no apoio sem princípios às posições de um governo fascizante que qualquer dia não escolhe (se puder) entre boas e más organizações de trabalhadores. Isto para distinguirmos entre UGT e as direcções de Sindicatos representativos em nome dos quais Torres Couto usa de palavra em público

e ameaça, sem parecer dar por isso, em nome da polícia, do ministério das polícias e do Governo "AD". Por vezes não se distingue onde começa a UGT e acaba a "AD", ou ao contrário que também serve. Os tristes espectáculos organizados para atrair alguns trabalhadores perderam todo o significado de festa, se é que alguma vez o tiveram, logo que a polícia começou a carregar sobre trabalhadores no Porto. Continuar com esses espectáculos quando as armas co-

meçaram a disparar, manter um palco aberto no Porto só para que a polícia tivesse um pretexto para um comunicado onde esse palco é citado como alvo presumível de "um grupo empunhando bandeiras da CGTP" diz a polícia, é realmente um objectivo insustentável, em qualquer circunstância para qualquer organização de trabalhadores. Mas como a UGT, enquanto tal, não é, a UGT continua a desempenhar o seu tradicional papel de acoplamento do Governo "AD" para as "questões laborais".

É nisto que dá o Programa «AD»

Quem se der ao cuidado de recordar em termos gerais ou em pormenor o programa nacional do 1.º de Maio, publicado e distribuído e mais amplamente promovido pelo Movimento Sindical Unitário em todo o País, verá que nenhuma parte desse programa se preciza, prevê ou prepara qualquer situação que dê origem a mais pequena confrontação e muito menos à violência entre trabalhadores. Nenhum «inquérito», mesmo conduzido por este Governo, poderá concluir outra coisa senão que a origem dos assassinios e dos ferimentos, alguns com gravidade, em perto de uma centena de pessoas na baixa portuense e nas suas redondezas na noite de 30 de

Abril para o 1.º de Maio, se deveu à atitude irresponsável e criminosa desse mesmo Governo através do ministro da Administração Interna e do governador civil do Porto. A firmeza, a determinação e a unidade da maioria incontável dos trabalhadores com sentimentos fraternos e unitários na defesa das suas organizações de classe e dos direitos consagrados pela Constituição, que AD quer fazer desaparecer, nada têm de comum, é um facto, com atitudes tomadas antes e durante as comemorações do 1.º de Maio pela corrente divisionista mais identificada com os propósitos e a actuação violenta do Governo AD.

Mas exceptuando essas tomadas de posição do divisionismo, algumas expressas publicamente nos jornais com a destaque de quem come à mesa do Governo ou se prepara para o fazer, nenhum trabalhador, seja qual for a sua opção política, religiosa ou sindical veio a AD e os seus parceiros, culpados irresponsavelmente os trabalhadores organizados pela violência policial. A violência assassina no Porto e os seus resultados sangrentos não estão em nenhum programa do 1.º Maio, em nenhum programa dos trabalhadores. Estão no programa do Governo e na política por que se orienta a polícia AD.

Quem mandou?

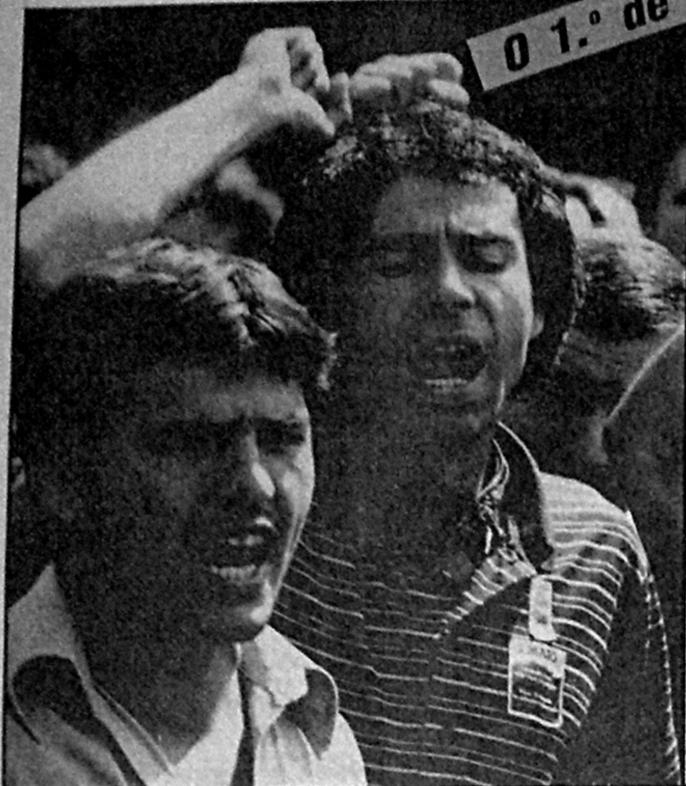
A avengação dos vários níveis de responsabilidade não exclui a pergunta imediata: — Quem deu ordem para matar? Feita pela DORP logo depois dos acontecimentos, na mesma altura em que reclamou o imediato afastamento do governador civil do Porto e do Governo Freitas Balsemão, essa pergunta fazia parte de uma série que publicamos a seguir. A. De quem é a responsabilidade da vinda para o Porto de uma companhia da po-

lícia de intervenção e com que finalidade? B. Foi a PSP do Porto que considerou não ter condições para assegurar a ordem pública, ou — como vários indícios apontam — a polícia de intervenção veio à revelia da opinião do comando distrital da PSP do Porto, ferindo mesmo susceptibilidades e sentimentos da corporação? C. A actuação brutal da polícia de intervenção resultou das ordens de quem? Do comando da PSP do Porto? De um plano prévio que exe-

cultou por iniciativa própria? Quem definiu os objectivos táticos das forças policiais na noite de 30 de Abril para o 1.º de Maio? Não eram esses objectivos táticos "apenas" a defesa da área do palco (Praça Humberto Delgado) e a "contenção" dos trabalhadores que se dispersavam pela baixa? A polícia de intervenção actuou dentro desses objectivos, ou actuou à margem e contra eles? D. Quem deu ordem para utilizar armas de fogo? Quem deu ordem para matar?

... Mas são também as imagens (em cima) que nos mostram como, no dia 25 de Abril de 74, se realizaram uma das maiores manifestações depois de 25 de Abril de 74.

O 1.º de Maio



1.º de Maio: a resposta dos trabalhadores

As comemorações do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, tiveram este ano uma força nunca igualada, uma determinação que há muito não era sentida.

Face à repressão criminosa verificada na noite anterior, na cidade do Porto — fazendo recordar o que no tempo do fascismo se passava —, os trabalhadores responderam com a sua presença massiva, tanto nesta cidade nortenha, como em Lisboa ou noutras regiões do país.

E fizeram-no demonstrando que a sua força não é a violência. Metalúrgicos que trabalham o aço, mineiros que esventram a terra, pedreiros que edificam novos prédios, empregados de escritório que asseguram o movimento das empresas, professores que formam novas gerações, médicos e enfermeiros que salvam vidas, empregados do sector de transportes e tantos outros que no dia a dia constroem e reconstruem o país, vieram à rua, qual exército de paz, dizer

bem alto: a nossa violência é o trabalho, as nossas armas são os nossos braços e as ferramentas que nos ajudam.

E nem sempre é fácil a luta deste exército. Muitos são os que tombam pelo caminho na batalha pela construção do futuro: é o pedreiro que cai de um andaime, ou o operário esmagado por uma viga de aço na construção de uma ponte, ou o mineiro que fica soterrado para sempre ou ainda o camponês que não sobrevive ao derrapar do tractor.

Heróis esquecidos de uma batalha de que o capital nunca fala, nem por isso deixam de arriscar a sua vida, no dia a dia, para que o progresso seja uma realidade.

Mas nem só pela batalha do progresso o povo trabalhador dá o seu sacrifício, que a luta é mais ampla. Não se trata só de dominar os materiais de construção e as máquinas — um outro inimigo mais feroz (porque de homens se trata) surge também no campo de batalha dos operários e do povo trabalhador.

Os detentores do capital e os governos que os defendem são os inimigos mais ferozes dos trabalhadores, não hesitando em utilizar toda a violência mais sofisticada (matando, mesmo) para poderem impor a exploração do trabalho alheio. Que eles sabem que o dinheiro, sozinho, nunca produziu

riqueza. Para que ela se crie é necessário a força do trabalho, bem explorada, para que mais rapidamente os bolsos se encham.

Também nessa luta os trabalhadores têm as suas vítimas. O exemplo recente do Porto é um exemplo fresco, o exemplo flagrante de um governo — aliado ao grande capital — que a todo o custo tenta intimidar para melhor explorar.

E depois desta violência, que não foi gratuita, como alguns procuram afirmar, nem desejada pelos trabalhadores, como outros procuram fazer crer, depois desta violência, dizíamos, qual foi a resposta do povo trabalhador português? A serenidade de uma demonstração de força que atingiu todo o país! Uma serenidade que não terá agradado a uma meia dúzia de exaltados, esquecidos de que mais importante do que a força das armas é a força de todo um povo trabalhador que, pacificamente, de mãos vazias, vem para a rua, no dia a seguir a companheiros seus de trabalho terem sido assassinados ou feridos pelas balas, exigir a mudança do Governo e da política que até aí tem sido seguida.

No Porto, onde os efeitos da repressão estavam ainda bem presentes — o sangue das vítimas ainda não desaparecera das pedras da rua e os familiares ainda se debruçavam sobre os feridos ou choravam os mortos —, no Porto a manifestação do 1.º de Maio (deste 1.º de Maio de 1982) e difícil descrevê-la por palavras. Em Lisboa, onde pela primeira vez não participava no cortejo todo o distrito de Setúbal, não seria justo falar do número de participantes

no desfile. Talvez fosse o maior de sempre desde o 1.º de Maio de 1974. Que importa! Mas, para além da multidão, o que ressaltava era a determinação de que a luta vai continuar. E vai continuar até os trabalhadores alcançarem a vitória nesta batalha contra a exploração do homem pelo homem para se atrarem com redobradas forças para outras lutas — construir, alfabetizar, melhorar o nível de vida, serem livres. Mas nem só nas duas

grandes cidades do país o 1.º de Maio foi comemorado. O povo veio para a rua em muitas outras localidades. Em Évora, Beja e Portalegre foram aos milhares os que comemoraram esta data, cada vez mais conscientes da luta que travam em defesa da Reforma Agrária que o Governo «AD» agora por outros processos continua a pretender destruir. Em Aveiro, Viseu, Mangualde, Canas de Senhorim, S. João da

Pesqueira, Lamego, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Guarda, Covilhã, Bragança, Mirandela, Alfândega da Fé, Vila Real, Chaves, Régua, Minas da Borralha, Viana do Castelo, Seia, Loriga, Manteigas, Famalicão da Serra, Vila Cova, Almeida, Gouveia, S. Romão, Alpiarça, Torres Novas, Abrantes, Coruche, Faro, Portimão, Lagos, Vila Real de Santo António, Setúbal, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Fão, Povoia de Lanhoso e Fafe, o 1.º de Maio foi comemorado, para não falarmos das pequenas localidades onde não houve concentrações mas a data não foi esquecida.

Em quase toda a parte foi prestado um minuto de silêncio pelas vítimas da Polícia de Intervenção no Porto. E estamos certos que não foi um minuto de silêncio simbólico.

Nesses sessenta segundos decorridos muitos terão pensado no significado daqueles crimes, daquela repressão.

O 1.º de Maio de 1982, os trabalhadores não o desejaram assim. Mas os trabalhadores provaram que nem a repressão mais brutal os fará recuar — até a vitória final.



A manifestação do dia 1.º de Maio no Porto, cujas imagens preenchem integralmente esta página, constitui a resposta imediata e inequívoca dos trabalhadores portugueses aos trágicos acontecimentos dessa madrugada: firmeza e determinação na luta, confiança na vitória.

